

HISTÓRIA

REPRESENTAÇÕES DO PASSADO HISTÓRICO: VIAGENS E EDUCAÇÃO NACIONAL NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX*

Arley ANDRIOLO **

RESUMO

Com base na análise de discursos eruditos das primeiras décadas do século XX, este texto pretende mostrar como os enunciados “educação” e “viagem” operaram juntos, promovendo representações hegemônicas sobre o passado nacional brasileiro e delimitando-se algumas cidades de Minas Gerais como lugares de história, símbolos da consagração de nossa nacionalidade.

1. Viagens pela história pátria

As condições materiais e culturais do início do século XX no Brasil tornavam as viagens um empreendimento estritamente ligado a necessidades econômicas, na procura de trabalho ou nas relações comerciais. Um quadro muito distinto do que se afirmaria décadas depois, quando, por volta dos anos 50 e 60, as viagens passaram a ser concebidas como uma necessidade de ocupação do tempo livre, uma “compensação” ao tempo trabalhado e um motivo de consumo.

O conhecimento sobre a relação das cidades com o passado histórico estava também por ser construído e admitido, tanto no campo da produção

* Texto elaborado a partir de comunicação apresentada no II Encontro sobre Imaginário, Cultura e Educação, 10 de maio de 2000, CICE/FE-USP.

** Bacharel em História pela FFLCH-USP, Mestre pela FAU-USP, Doutorando no Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte, Departamento de Psicologia Social do IP-USP, com auxílio da FAPESP.

erudita quanto no conjunto da sociedade brasileira. As cidades mineiras oriundas da exploração mineral da América portuguesa do século XVIII são exemplos fundamentais para observar essa questão. Muitos textos da virada para o século XX revelam a constante negação de sua relevância para o estado de Minas Gerais e para o Brasil, num momento em que, por exemplo, se afirmavam as formas equilibradas da arquitetura neoclássica e o projeto arrojado de Belo Horizonte. Tome-se como exemplo as considerações de Abílio Barreto (1936, p.205) escritas em 1928 sobre Ouro Preto, antiga capital mineira:

Poderia, srs., em uma longa série de argumentos demonstrar-vos que a cidade de Ouro Preto não oferece uma só das condições precisas para a capital de uma província tão importante como esta. Poderia descrever a sua decadência, mas que necessidade tenho eu de apresentar-vos esse quadro, quando o original está ahi á nossa vista; quando ahi se vos apresentarão as ruínas de ruas inteiras; quando em lugar de uma população que outr' ora chegava a vinte mil almas, hoje a vedes reduzida a menos de cinco mil, como já deixei mencionado; quando enfim se vos apontasse os inconvenientes que oferece a sua localidade, nada mais diria do que o que estaes sentindo a todos os momentos?

A partir da década de 1910, porém, alguns insígnis viajantes passaram a traçar descrições de seus roteiros, tento em vista não somente a produção de registros exploratórios, mas também a divulgação dos mesmos como parte importante da educação intelectual. Considere-se a restrição desses escritos, pois dizem respeito a uma pequena elite letrada, justamente no interior da qual se desenvolveram os ideais nacionalistas necessários para a fundamentação de projetos políticos maiores nas décadas seguintes. Tal constatação nos remete às considerações de Pierre Bourdieu¹, por meio das quais pode-se apreender as disputas por dominação de grupos no interior do campo da produção erudita que permitem, por sua vez, a hegemonia

de determinadas idéias dentro e fora do campo, neste último caso, as idéias tornam-se aparentes na sociedade na forma de “senso comum”².

Gostaríamos de mencionar aqui dois textos que se sobressaem dentre as formulações intelectuais daqueles anos. O primeiro, escrito por Alceu Amoroso Lima, em 1916, sob o título de “Pelo passado nacional” e, o segundo, de Mário de Andrade, de 1920, “Arte religiosa no Brasil: em Minas Geraes”. Ambos publicados na *Revista do Brasil*, edição que por essa época tinha como diretor Monteiro Lobato, um dos arautos do nacionalismo brasileiro.

Amoroso Lima realizou ele próprio uma viagem a Minas, por volta de 1915, e impressionou-se com o estado de antigas construções, muitas delas mal cuidadas e à beira do desaparecimento. Seu texto é um chamado aos eruditos e autoridades que atentassem para o valor dos resíduos do passado.

E em chegando ao sertão do ouro, ou á margem dos rios diamantinos, não lhes pungia o coração a saudade da patria distante; a riqueza, tão fartamente offerta pela nova terra, só lhes punha nalma o desejo de uma outra patria, mais ardente, mais desafogada, mais acolhedora. O sonho da independencia acarinhou a fronte do primeiro minerador, que teve de pagar aos homens do Reino o fructo quasi total dos seus esforços e das suas pesquizas. Villa Rica e o Tejuco foram, em todos os tempos, dois brazeiros da libertação da terra. Quando por mais não fosse, só por isso, devemos ajoelhar-nos piedosamente á beira destes dois túmulos, onde repousam as primeiras azas com que o nosso Brasil bateu os flancos ainda infantis.

¹ Referimo-nos sobretudo a seus estudos sobre a organização do campo erudito e o comércio de bens simbólicos indicados em nossa bibliografia no seu estudo sobre o “campo científico” (1994) e artigos de *A economia das trocas simbólicas* (1992).

² Termo alheio à teoria bourdiana, mas que exprime bem o que estamos referindo, atualmente ligado sobretudo aos estudos de psicologia social em autores como Serge Moscovici e Denise Jodelet.

Em todas elas o presente é mero evocador. Eis a função das Cidades Mortas: acordar em nossas almas o respeito pelas coisas de antanho, penhor seguro de um amor positivo às coisas do presente. Para sermos verdadeiros patriotas, para alcançarmos esse patriotismo superior em que o coração é um simples colaborador da razão, precisamos comover o nosso espírito ante o espectáculo da tradição. O passado é um grande educador, comunicando-nos essa commoção indispensável ao trabalho fecundo das idéias, mas as suas lições só são verdadeiramente instructivas, quando têm por cenário o quadro em que elle se desenrolou. (Lima, 1916, p. 2)

Primeiramente, as operações em seu discurso dizem respeito à construção de valores patrióticos *a posteriori*, porque atribui ideais nativistas a um universo em que não havia nação brasileira, tais ideais foram, como se sabe, produzidos como fato histórico nas primeiras décadas da República do Brasil. Em segundo lugar, a articulação do fato histórico com o espaço físico justifica a escolha pela região da mineração. Finalmente, sugere a sacralização da memória quando se propõe que ajoelhemos diante daqueles túmulos-cidades.

Sua afirmação era precisa, “o passado é um grande educador”, e mais, as obras herdadas deveriam cumprir uma função simbólica maior, como roteiros de visitação pública. Enfoca especialmente Ouro Preto e Diamantina, respectivamente, denominadas Vila Rica e Tejuco, as quais, segundo o autor, foram “dois braseiros da libertação da terra”. O que se percebe é a ligação imediata entre fatos históricos e nomes de personalidades, como Tiradentes, com o espaço físico das localidades citadas, promovendo uma articulação entre os objetos remanescentes com uma necessidade visual no aprendizado sobre o passado. Ou seja, associa-se uma viagem de ordem imaginária, até então realizada através de textos sobre história, com viagens de ordem prática.

O mesmo observa-se em Mário de Andrade, que percorreu Minas

em 1919, preparando, a partir daí, o texto para a *Revista do Brasil*. Seu olhar fora conduzido por uma imagem do que reconhecia como nacional:

Foi nesse meio oscilante de inconstancias que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A Igreja poude ahí, mais liberta das influencias de Portugal, proteger um estylo mais uniforme, mais original, que os que abrolhavam podados, áulicos, sem opinião propria nos dois outros centros. Estes viviam de observar o fardim luso que a miragem do Atlantico lhes apresentava continuamente aos olhos; em Minas, si me permitirdes o arrojo da expressão, o estylo barroco estilizou-se. As igrejas construidas quer por portugueses mais aclimatados ou por autoctonos algumas, provavelmente, como o Alejadinho, desconhecendo até mesmo o Rio e a Bahia, tomaram um caracter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional.

Na Europa cada paiz esforça-se por conservar as suas tradições artisticas, ao passo que entre nós, tambem aquinhoados com uma tradição, embora parca, o que impera é o desejo de ‘épater le bourgeois’ com formas exóticas. O povo tem no seu fundo hereditário uma corda sentimental que vibra intensamente a certas visões do passado. Nossa gente é quasi tão saudosa como a lusitana e ainda accentua essa inclinação pelo sangue da raça escrava e da raça expulsa que lhe corre nas veias. Seria demais aproveitar a Igreja todos esses preconceitos ancestrais para influenciar o nosso povo, utilizando-se do pouco de arte que nos ficou do passado, renovando-o com intelligencia, criando enfim uma arte tradicional que desperte em nós uma recordação de épocas mortas? (Andrade, 1919, p. 103)

O passo de Mário no sentido da construção imaginária do passado vai além de Amoroso Lima. Seu conhecimento profundo sobre as artes permite a observância mais acurada das obras e a afirmação positiva do “barroco”, de modo pioneiro, como categoria explicativa para a arte da América portuguesa no século XVIII. Além disso, estabelece uma relação

entre tais obras e a nacionalidade brasileira, notável nos resíduos das áreas de mineração. Afirma uma outra nação num período de história em que o Brasil era ainda parte do Império português, demonstrando que a interiorização da economia colonial, com a mineração, gerou edificações não mais determinadas pela origem metropolitana. Essa concepção de História da Arte teria grande projeção nos anos 50, sobretudo com Lourival Gomes Machado e Sílvio de Vasconcelos, através do conceito de “barroco mineiro”.

Pela análise sugerida por Mário, há em todo brasileiro um “fundo hereditário” que vibra, como uma corda, a certas visões do passado. Aqui está explícita uma marca de suas leituras psicanalíticas, na forma de um “inconsciente nacional”, e a sua proposta da necessária visualidade das obras de arte como meio de manutenção e aprendizado da memória nacional.

2. Modernismo e novo bandeirantismo

Outros modernistas, além do caso exemplar de Mário de Andrade, estavam imbuídos de ideais nacionalistas, sobretudo inspirados pelo convívio com a intelectualidade francesa em seus constantes contatos com a cultura européia. Pouco depois da Semana de Arte Moderna, os jovens modernistas de São Paulo rumaram para o interior do país procurando aquilo que Mário de Andrade já havia apontado, ou seja, os resíduos materiais da nacionalidade brasileira.

Em 1924, partiram em caravana Mário, Oswald de Andrade e seu filho Nonê, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteado, René Thiollier, Godofredo da Silva Teles e o poeta francês Blaise Cendrars (Amaral, 1997, Dias, 1972). Hospedaram-se inicialmente em São João del Rei, cidade onde puderam participar das comemorações da Semana Santa. Partiram, sempre a bordo de um trem, para a capital de Minas, chegando depois até Ouro Preto. Em Belo Horizonte, foram recepcionados por jovens intelectuais,

dentre os quais Carlos Drummond de Andrade, aos quais informaram sobre as novidades artísticas de São Paulo e da Europa.

Uma contribuição imprescindível deve ser observada nesse contato entre os grupos paulista e mineiro. No ano seguinte ao encontro, foi publicado no primeiro número de *A Revista*, instrumento informativo do movimento modernista mineiro, que “os novos bandeirantes trataram com entusiasmo de lançar as bases de uma associação que tivesse por fim defender o nosso malbaratado patrimônio artístico” (“Os nossos tesouros artísticos”, *A Revista*, n.1, 1925, p.46). Curiosamente, os representantes da vanguarda brasileira inserem-se num momento de particular importância para a cultura mineira, quando grupos conservadores e eclesiásticos uniam-se para defender o patrimônio arquitetônico e artístico do estado de Minas Gerais.

Assim, além da atualização no sentido das vanguardas artísticas, o encontro assinalado permitiu uma afinação em relação ao passado, notava-se aquilo que deveria ser valorizado e o seu significado nacional. É importante frisar que, nesse momento, Ouro Preto ainda não se caracterizava como *locus* privilegiado da nacionalidade (Andriolo, 1999, p. 59). Nos textos então publicados, as referências às “cidades históricas” lançam um olhar homogêneo ao conjunto de cidades visitadas pelos modernistas. Não há menção ao conjunto efetivo de cidades originárias da mineração colonial, tanto do estado de Minas Gerais quanto de outros estados formados a partir da área de mineração colonial, como Goiás e Mato Grosso, tampouco há referência a uma cidade síntese desse simbolismo nacional. Nesse sentido, observe-se o texto citado de Mário de Andrade, ou outro, de Tarsila do Amaral, de 1939. Neste último, a artista plástica analisa a importância da viagem de 24 para o seu trabalho artístico, referindo-se a diversas contribuições, desde a cor do casario até os adornos em palha no forro de um hotel, mas sempre em observância genérica a todas as cidades do roteiro, nada de especial sobre Ouro Preto.

Tal constatação, retirada da análise desses documentos, relativiza o conhecimento elaborado *a posteriori* sobre o valor intrínseco de Ouro Preto (observada em vários textos sobre o assunto). A construção de valor das

obras específicas de Ouro Preto estava ainda se processando e teria seu momento decisivo somente nove anos depois com a sua monumentalização oficial, em 1933.

As repercussões da viagem dos “novos bandeirantes” ocorreram nas mais diversas formas, desde pinturas elaboradas por Tarsila a partir de desenhos esboçados no roteiro, até o “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, publicado no *Correio da Manhã*, em março de 1924, por Oswald de Andrade. Este último, aliás, junto com Carlos Drummond de Andrade, cumpriu importante papel na elaboração poética em torno das cidades mineiras, reunindo os valores históricos com os artísticos. Veja-se, por exemplo, o poema “Ocaso”, de Oswald de Andrade (1990, p. 135):

No anfiteatro das montanhas
Os profetas do Aleijadinho
Monumentalizam a paisagem
As cúpulas brancas dos Passos
E os cocares das palmeiras
São degraus da arte de meu país
Onde ninguém mais subiu

Bíblia de pedra sabão
Banhada no ouro das Minas

3. Viagens e educação no governo Vargas

Como afirmara Cornelius Castoriades (1982, p. 147):

Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais – mesmo que seja só para preencher as fundações de novos templos, como fizeram os atenienses após as guerras médicas. Por suas conexões naturais e históricas

virtualmente ilimitadas, o significativo ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados.

Os esforços envidados na construção da nacionalidade, em particular através do imaginário em torno das “cidade históricas”, foi incorporado nos projetos de Getúlio Vargas, a partir do ano de 1930, criando sobre elas condições materiais e simbólicas para o exercício do seu Governo.

As disputas políticas regionais acolheram as idéias “preservacionistas” em relação ao passado colonial no decorrer da década de 20 e, somente então, Ouro Preto entra no centro das discussões. Primeiramente, porque era a antiga capital de Minas, desbaratada com a construção de Belo Horizonte, depois, por ter sido palco de acontecimentos afirmados na República brasileira, como a Inconfidência, por fim, por ter sido berço de representantes da intelectualidade mineira fundamentais na sua produção historiográfica, como Diogo de Vasconcelos e Xavier da Veiga.

Em 1929, despontam os primeiros artigos em jornais pleiteando a proteção de Ouro Preto como símbolo da história pátria, fato que se desdobra em discursos favorecendo a monumentalização oficial, ou seja, o seu reconhecimento pelo Estado como lugar de memória (lembramos que *monumentum* em latim refere a tudo aquilo que recorda algo). Consumada a Revolução de 1930, o presidente Getúlio Vargas, um antigo morador de Ouro Preto quando aluno de suas escolas, assinou no dia 12 de junho de 1933 o decreto que elevou Ouro Preto a “Monumento Nacional”, “considerando que é dever do poder público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo, os lugares em que se realizaram os grandes feitos de sua história” (Decreto n. 22.928, 12/07/1933).

No concernente às viagens e ao sentido pedagógico delas, não se nota explicitamente nenhuma orientação no início do Governo Vargas, particularmente naquilo que chamamos hoje de viagens turísticas, ou seja, agenciadas. Com o decreto de elevação de Ouro Preto, foi instituído outro que

regulamentava apenas as expedições científicas e artísticas. Porém, se pensarmos de modo mais amplo, notaremos que as viagens pelo país estavam crescendo em quantidade, ainda que lentamente diante das condições técnicas para sua prática, e um novo tipo de discurso começa a operar no meio intelectual.

Esses novos discursos conjugam dois enunciados pertinentes àqueles anos; o de educação nacional e o de viagens turísticas. Veja-se o exemplo da fala proferida pelo Ministro da Marinha do Governo Vargas, em visita a Ouro Preto, em 1933: “Há de estabelecer-se o dever da peregrinação a estas paragens, tão evocativas, e em que tão fundo se sente a projeção da nossa nacionalidade, e tão fundo mergulhamos nas origens de nossa vida nacional” (Instituto Histórico de Ouro Preto, 1936, p.19). Nota-se o revestimento sagrado dado ao tema, quando não se fala em excursão, mas em peregrinação, sinônimo de caminhada religiosa para um lugar sagrado.

Novamente, em 1935, o símbolo sagrado é evocado para mobilizar viajantes, desta vez na forma de uma propaganda turística: “Para comemorar a data que assignala a morte de Tiradentes, foi organizada nesta capital, uma romaria cívica á cidade de Ouro Preto” (“Romaria cívica a Ouro Preto”, *O Estado de São Paulo*, 18/04/1935). Noutras palavras, “o que se observa nessas viagens é a intrínseca ligação com os aspectos imateriais da cultura, do culto religioso, revelado pela Semana Santa, e do culto à nação, consubstanciado na veneração a Tiradentes” (Andriolo, 1999, p.83). Há, ainda, uma sobreposição de valores quando, em seguida, o texto do jornal associa Tiradentes ao mártir da Independência, numa referência à hagiografia católica, como demonstrou José Murilo de Carvalho (1990) ao analisar a construção imaginária dos heróis da República. De um lado, temos peregrinação/romaria/viagens e, de outro, Tiradentes/Ouro Preto/Nação, compondo as chaves para o entendimento das relações entre o Governo Vargas e as viagens de cunho educativo.

4. Visualidade das obras e representações do passado

Para finalizarmos este breve texto, convém assinalar que foi também na primeira década do período Vargas que se criaram os primeiros órgãos oficiais destinados à preservação do patrimônio nacional. Em 1934, foi instituída a Inspeção dos Monumentos Nacionais, sob os cuidados do Museu Histórico Nacional, então sob a chefia de Gustavo Barroso. A Inspeção atuou até 1938, quando deu lugar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937. Mudou-se ali não apenas o nome do órgão, mas também sua orientação. Barroso foi afastado desse processo, assim como Mário de Andrade, autor do primeiro projeto para a Instituição, ficando sua direção a cargo de Rodrigo Mello Franco de Andrade.

O Serviço do Patrimônio ficava submetido ao Ministério da Educação e Cultura, encabeçado por Gustavo Capanema, desde 1934. Fato que o coloca explicitamente entre os projetos educativos de Vargas e a sua função pedagógica um enunciado constante entre os envolvidos. Como ilustração, vale rever uma fala de Rodrigo Andrade para o jornal *O Globo*, de 22/10/1936: “O departamento visa justamente divulgar o mais possível as nossas relíquias históricas e artísticas, educando o povo no seu conhecimento. Evidentemente não seria recomendável uma obra para eruditos. As massas precisam saber também destes assuntos.”

O patrimônio, representado nas obras das “cidades históricas” é, pois, o mediador entre as massas e o conhecimento da história nacional, de modo que a visibilidade das obras herdadas e reabilitadas pelo SPHAN tornava-se obrigatória como instrumento de aquisição de conhecimento. Nesse sentido, as cidades mineiras visitadas pelos modernistas em 1924 convertiam-se em símbolos de história, difundidas, a partir de então, pelos meios de comunicação e afirmadas no imaginário brasileiro.

Essa constatação sobre a criação da necessidade de visualizar as obras, somada àquele interesse dos intelectuais eruditos em textualizar suas práticas de viagens, levou à produção de um novo gênero literário nos anos 30; os guias de viagem.

A primeira obra relevante desse gênero foi escrita por Gilberto Freyre e dedicada à cidade do Recife, em 1934 (escreveu outra para Olinda, em 1939). No trabalho de Freyre observado desde *Casa Grande e Senzala* (1933), como já observaram diversos autores, os objetos herdados do passado, a cultura material (mobiliário, construções, indumentária etc.), ganharam relevância fundamental nas análises sociológicas. A admissão entre os historiadores da cultura material como fonte de pesquisa foi lenta, sinuosa e polêmica. Para Freyre, as relações estabelecidas com Franz Boas da Universidade de Columbia, EUA, nos anos 20, foram determinantes na ordenação de seus estudos, revelando os objetos como mediadores do passado. Em níveis distintos, mas em operações semelhantes, os objetos representam o passado como documentos à historiografia ou como instrumentos de aprendizado ao leigo, no entanto, não de modo imediato, pois são selecionados aqueles objetos com os quais o campo da produção erudita estabeleceu os seus procedimentos. O guia turístico, nesse contexto, cumpria a função de vulgarizador do conhecimento erudito.

Por fim, note-se que entre as publicações financiadas pelo Governo Federal naqueles anos, por intermédio do SPHAN, encontra-se um guia dedicado à cidade de Ouro Preto, escrito por Manuel Bandeira, editado em 1938. A certa altura de seu escrito, Bandeira promove a ligação entre as obras da cidade e a memória nacional: “Para nós brasileiros, o que tem força de nos comover são justamente esses sobradões pesados, essas frontarias barrocas, onde alguma coisa de nosso começou a se fixar. A desgraça foi que esse fio de tradição tenha se partido” (1938, p.42).

O guia turístico é um gênero literário fundado na necessidade prática de realização de viagens, auxilia o viajante na escolha dos caminhos, da hospedagem, e do que olhar. Mas funciona também junto ao imaginário do leitor como um fixador simbólico daquilo que é mais ou menos importante, assim, opera como mais um meio de educação. A cultura e a prática das viagens nessa década de 1930 eram ainda pouco difundidas e o guia acabava tornando-se uma leitura restrita a poucos, promovendo viagens imaginárias em viajantes que realizavam excursões regulares sobretudo à Europa e desconheciam ainda o seu próprio país.

ABSTRACT

ANDRIOLO, Arley. Past National Representations: travels and national education in Brazil in the early XX century, *Temporis(Ação)*, Goiás, v. 1, n. 5/6, jan./dez. 2002.

Based on the analysis of erudite speeches from 1910 and 1930s, we propose a discussion of how the traveling and education statements operated together. This feature established hegemonic representations over the Brazilian national past. Cities in Minas Gerais State were set, at that time, as places of history, symbols of consecration of our nationality.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. *Blaise Cendrars e os modernistas*. São Paulo: Editora 34, Fapesp, 1997.
- AMARAL, T. Pintura pau-brasil e antropofagia. *Revista Anual do Salão de Maio*, São Paulo, n.1, 1939.
- ANDRADE, M. M. de. Arte religiosa no Brasil. Em Minas Geraes. *Revista do Brasil*, v. 14, p.104, 1920.
- ANDRADE, O. *Pau-Brasil*. São Paulo: Globo, Secretaria de Estado e Cultura, 1990.
- ANDRIOLO, A. *Ouro Preto, 1897-1973: a construção social de uma cidade histórica turística*. 1999. Dissertação de Mestrado - FAU-USP, São Paulo, 1999.
- BANDEIRA, M. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN, 1938.
- BARRETO, A. *Bello Horizonte, memória histórica e descritiva*. 2.ed. Belo Horizonte: Rex, 1936.
- BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: *Pierre Bourdieu: sociologia*. Renato Ortiz (org.). 2.ed. São Paulo: Ática, 1994. p.122-155.
- CARVALHO, J. *A formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DIAS, F. A redescoberta do barroco pelo movimento modernista. *Barroco*, Belo Horizonte, n.4, 1972.
- FREYRE, G. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

INSTITUTO HISTÓRICO DE OURO PRETO. *Primeiro centenário do Visconde de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1936.

LIMA, A. A. Pelo passado nacional. *Revista do Brasil*, São Paulo, v.3, n.9, p.1, 1916.